



MILITARIZAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL: AS SINGULARIDADES DO CASO CATARINENSE

ÂNDERSON MARCELO SCHMITT*

Este paper propõe apresentar as principais propostas da pesquisa que está sendo desenvolvida – ainda em fase inicial - junto ao PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina, para o desenvolvimento de tese de doutoramento. O que se possui por mote é a realização de uma pesquisa sobre a criação, manutenção, controle e atuação das forças milicianas e militares existentes no território de Santa Catarina entre os anos de 1822 e 1865, ou seja, em um momento crítico e decisivo no que respeita à criação do Estado nacional brasileiro.

Marechais, generais, coronéis e tantos outros altos escalões do Exército brasileiro são lembrados nos anais da história militar brasileira, por historiadores muitas vezes ligados às próprias Forças Armadas.² Nos últimos anos, uma corrente historiográfica vem buscando matizar o protagonismo destes atores sociais ou, em última instância, apenas se interessa por eles quando estritamente necessário para compreender sua participação na intrincada organização político-social-econômica do século XIX.³

As forças militares e paramilitares existentes no território da colônia portuguesa não foram reorganizadas de forma determinante quando da independência brasileira. Portanto, o Estado brasileiro independente acabou por permitir a continuação das relações pré-existentes no bojo das suas armas. Sem apresentar - como os atuais exércitos profissionais - a racionalização e corporativismo característico, as tropas “dependiam de lealdades anteriores, e o quadro de oficiais era composto menos pela formação profissional do que pelas hierarquias sociais vigentes, dependendo de favorecimentos clientelares” (COMISSOLI, 2011: 25).² A base organizacional portuguesa – e posteriormente brasileira – foi o que permitiu, no limite, que as relações sociais se transferissem para a organização dos exércitos: uma vez que não existia numerário para pagamento de soldados profissionais em todos os cantos da colônia e do Império, se permitia que mandões locais se sobrepusessem aos demais,

*Doutorando do PPGH em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Aqueles que, ao estudar a Guerra do Contestado, Rogério Rosa Rodrigues chamou de “historiadores de farda” (RODRIGUES, 2012: 237-261).

³ Para isso, compartilham das premissas teórico-metodológicas da Nova História Militar, ao entender que as características das instituições militares fogem ao simples controle das autoridades e da legislação, mas são balizadas pela interação constante com a sociedade que a cerca. Dessa forma, estes trabalhos propõe encontrar os indícios desta interação entre instituições e sociedade, em contextos político-militares específicos. Ver: (CASTRO; IZECKSOHN, KRAAY, 2004).



realizando recrutamentos quando necessário e ganhando, para isso, cargos e vantagens do governo português ou brasileiro, afirmando um caráter litúrgico de formação das tropas (IZECKSOHN, 2014).

Sendo seguidamente associada a ideias retrógradas, a 1ª linha do Exército – Exército profissional – foi reduzida pela regência já em 1831, quando teve seu número comprimido de 30.000 para 14.342 homens, segundo informações de Werneck Sodré (1979: 130). Em 1831, as milícias e as ordenanças foram extintas, dando surgimento a uma nova instituição paramilitar, que passou a representar a 2ª linha das tropas brasileiras: a Guarda Nacional. Nela poderiam ingressar, segundo a sua lei de criação e a que lhe complementou no ano seguinte, sujeitos que possuíssem determinada renda (100 ou 200 mil réis anuais)⁴, portanto, se conformando em uma arma diferenciada da 1ª linha, inclusive com seus membros sendo “qualificados” para o serviço, e não “recrutados” como para o Exército profissional. Sendo submetida ao Ministério da Justiça, e não mais ao da Guerra, a Guarda Nacional foi o esteio de sobrevivência do Império brasileiro até a Guerra do Paraguai. A Guarda Nacional é normalmente apontada, principalmente após a sua reorganização de 1850, como força eleitoreira nas províncias, onde facções políticas lutavam pelo poder nas diversas regiões do Império, condicionadas pelas trocas de gabinetes ministeriais no jogo político central. Assim, pode-se acreditar que em Santa Catarina ela também tenha sido empregada para tal. Portanto, sua utilização deixa de ser indispensável para a manutenção da paz, mas para garantir que determinadas facções políticas possuíssem vantagens em momentos políticos decisórios. Análises neste sentido, para outras regiões do país, podem ser encontradas nas obras de Richard Graham (1997) e André Fertig (2010).

O recorte temporal da pesquisa que está em estágio inicial tem por base, inicialmente, o ano de 1822, no qual ocorreu a formalização do processo de independência brasileira. Dois anos depois teve início a Guerra da Cisplatina, conflito entre Brasil e Argentina, que acabou no ano de 1828, com a assinatura do acordo de paz mediado pela Inglaterra. Esta guerra, que

⁴ Quanto ao fator censitário, a lei de 25 de outubro de 1832 regulava: “Art. 3º Serão alistados para o serviço das Guardas Nacionaes nas Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão, e seus respectivos Termos: § 1º Todos os cidadãos brasileiros que tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego, com tanto que tenham menos de sessenta annos de idade e mais de dezoito. [...]. Art. 4º Em todos os outros Municipios do Imperio serão alistados: § 1º Os cidadãos, que tiverem de renda liquida annual cem mil réis, por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego, com tanto que tenham dezoito annos de idade para cima, e menos de sessenta” [sic para toda a citação]. Fonte: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37342-25-outubro-1832-563877-publicacaooriginal-87927-pl.html. Consulta em agosto de 2017.

mobilizou contingentes de todos os cantos do Império, também pode ter tido reflexos em Santa Catarina. No ano de 1831, temos a transformação das milícias e ordenanças em Guarda Nacional, fato que foi marcado por conflitos em alguns locais, como demonstrado por José Iran Ribeiro em dois trabalhos (RIBEIRO, 2005; FARINATTI, RIBEIRO, 2011).⁵ Quando ainda se organizavam os contingentes da Guarda Nacional, eclodiu no Rio Grande do Sul a Guerra dos Farrapos (1835-1845), que possui influência direta no território catarinense, em especial em Laguna, que foi tomada pelos rebeldes sul-rio-grandenses e onde foi proclamada a efêmera República Juliana. Em 1850, a reformulação da Guarda Nacional transformou o seu caráter, dando fim à sua origem democrática e liberal e iniciando sua fase considerada eleitoreira. A Guerra do Paraguai (1864[5]-1870) marca o fim desta era na qual as forças de 2ª linha representavam o suporte militar do Império. Portanto, a escolha do ano de 1865 como limite para este trabalho, se dá pelo início da Guerra do Paraguai, momento de intensa agitação. Para um estudo específico a partir deste ano, seria necessária uma pesquisa que faria crescer demasiadamente os interesses do trabalho que está sendo proposto.⁶ Assim, explica-se o recorte temporal entre os anos de 1822 a 1865, ou seja, da independência brasileira ao início da Guerra do Paraguai. Nestes anos encontramos períodos de agitação no contexto internacional e nacional, como quando da Guerra da Cisplatina e da Guerra dos Farrapos – que influenciaram de forma direta ou indireta a província; momentos de relativa calma no cenário bélico – de 1828 a 1835, e de 1845 a 1865; e momentos de transformações e reorganizações militares – a extinção das milícias e criação da Guarda Nacional em 1831 e a reorganização desta em 1850.

Quanto ao recorte espacial da pesquisa, este terá por base a província de Santa Catarina. Sabemos de toda a dificuldade em tratarmos de um espaço que no século XIX não condiz com a atual delimitação do Estado. Porém, parte-se da premissa que a própria análise que será realizada poderá contribuir para o entendimento da historicidade do Estado de Santa Catarina. Uma apreciação prévia das fontes demonstra, de maneira quase óbvia, que a região litorânea - com algumas exceções – irá se constituir no recorte espacial de análise. Por

⁵ No segundo dos trabalhos citados, Ribeiro e Farinatti atentam para o fato de que a transformação das milícias e ordenanças em Guarda Nacional não foi conturbada por disputas entre os chefes das duas instituições, mas sim porque os referidos chefes eram de facções políticas diferentes, gerando atritos até o momento em que o chefe da Guarda Nacional nomeado fosse da mesma facção do ex-chefe miliciano.

⁶ Além disso, alguns estudos já se dedicaram a analisar a participação da província catarinense neste conflito, como exemplos: (BOITEUX, 1972), (MACHADO, 2000); (LOHN, 2001).

exemplo, a documentação referente aos juízes de paz de Santa Catarina permite análises dos distritos e municípios de São Francisco, Ribeirão, Lagoa, Canasvieiras, Rio Vermelho, São José, Enseada de Brito, Vila Nova, Laguna, São Miguel, Porto Belo, Itajaí, Itapocoroí, Lages e da capital, Nossa Senhora do Desterro.

Considerando a bibliografia e a documentação que se dispõem para consulta nesta pesquisa, acredita-se poder deliberar, inicialmente, sobre as seguintes questões: como refletiu na província de Santa Catarina as campanhas brasileiras em guerras externas e internas? Como a invasão farroupilha se refletiu e foi tratada dentro de Santa Catarina? De que modo se deu a atuação das milícias até 1831 e da Guarda Nacional nos primeiros anos e nos anos após a reorganização de 1850? De que forma ocorreu a organização da Guarda Nacional em Santa Catarina? De que maneira a população sentia os malefícios e benefícios do/a recrutamento/qualificação? Qual a diferença entre o perfil dos membros da 1ª linha – exército profissional – e os qualificados para a Guarda Nacional? Podemos afirmar que o arranjo socioeconômico de Santa Catarina refletiu na organização das suas forças de 2ª linha? De que forma se inseriram os oficiais (para)militares de Santa Catarina no jogo político que ensejava lideranças no cenário político nacional? É evidente que estas perguntas servem apenas como ponto de partida para a criação de novas questões e hipóteses, permitindo o avanço da pesquisa.

Muitos estudos ligados à temática da militarização no Brasil têm aparecido nos últimos anos, muitos deles voltados especificamente para a formação das forças irregulares,⁷ que aqui se pode chamar de milícias – até 1831 - ou Guarda Nacional. Entretanto, nos chama atenção a ausência destes estudos no que tange à província de Santa Catarina.⁸ Um dos poucos trabalhos que conhecemos e que tratam diretamente do tema é o de Cabral, no segundo volume de “Nossa Senhora do Desterro”. Em algumas páginas, o autor ressalta que era um diferencial para os habitantes da ilha serem arrolados na Guarda Nacional e não na 1ª linha, pois esta era reservada para os desajustados sociais. Da mesma forma, cita de passagem o uso político da Guarda Nacional (CABRAL, 1979, p. 301-343). Porém, prende-se sobremaneira ao período da Guerra do Paraguai. Outro estudo, mais recente e bastante

⁷ A título de exemplo: (MUGGE, 2016); (LUFT, 2013); (COSTA, 2013); (SALDANHA, 2004); (NUNES, 2005); (RIBEIRO, 2005); (RODRIGUES, 1981); (FARIA, 1977); (CASTRO, 1979).

⁸ Com a relevante exceção da tese de José Iran Ribeiro, na qual o autor ressalta a importância de Santa Catarina, e principalmente Desterro, para a aclimatação e treinamento das tropas que vinham do norte para fazer a guerra contra os rebeldes farroupilhas (RIBEIRO, 2009).

inovador para a história militar de Santa Catarina, foi realizado por Gustavo Costa em sua dissertação de mestrado. Nela, o autor analisou a influência farroupilha e as idiossincrasias do território catarinense no período da Guerra dos Farrapos. O trabalho de Costa – que se aproxima da história social – tem como foco, sobretudo, as regiões de maior interferência direta dos rebeldes rio-grandenses (COSTA, 2006). A pesquisa que está se propondo pretende ir além – não apenas no recorte temporal -, interpretando sobre como a província de Santa Catarina era entendida como um todo naquele contexto, bem como pretende ressaltar o caráter clientelista das relações militares e sociais que, temos como hipótese, foram centrais no momento da população pegar em armas contra os farroupilhas, ocasionando a expulsão destes dentro de poucos meses.

Não menos relevantes, são os avanços metodológicos e teóricos pelos quais a historiografia passou nos últimos anos, permitindo análises mais detidas sobre atores sociais antes ignorados. Neste sentido, pode ser profícuo ir ao encontro de pesquisas realizadas em outros locais do Brasil e que, no limite, permitem apreciar a própria participação da região no processo de inserção nacional.⁹ O estudo que se está realizando pode informar muito sobre o caráter específico da província de Santa Catarina durante boa parte do século XIX, porém, sempre vinculado à criação do Estado imperial brasileiro, uma vez que os catarinenses estavam inseridos neste processo e eram atores sociais ativos que, ao mesmo tempo, compunham e refletiam o processo de afirmação nacional vinculado ao centro.¹⁰ A relação das províncias em específico com o centro do Império se deu, muitas vezes, de forma conflituosa. Ela baseava-se, principalmente, nas relações clientelísticas que levavam aos altos cargos imperiais, mas que também agiam no cotidiano da população. Em outras palavras, o “clientelismo sustentava a parafernália do Estado e era sua razão de ser” (GRAHAM, 1997: 200).¹¹ Desta forma, constata-se a inevitabilidade em se trabalhar a história regional de forma intrínseca à nacional. Reforça-se esta afirmativa por dois imperativos: 1) a história militar do período compreendido no recorte temporal desta pesquisa se refere também a períodos de perturbação na política e na estrutura militar nacional. Deste modo, as análises não podem ser somente regionais ou locais, mas sempre

⁹ Pode se também apontar aqui quase todos os trabalhos sobre a Guarda Nacional, a milícia e suas formas de atuação, já citados anteriormente. (MENDES, 2010); (SOUZA, 1999); (KRAAY, Hendrik, 2011).

¹⁰ A dicotomia centro-periferia de Edward Schils também torna-se interessante: (SHILS, 1996).

¹¹ Os trabalhos de Jonas Vargas, Miquéias Mugge e André Fertig trazem discussões sobre esta abordagem, para outros locais do Brasil. (VARGAS, 2010); (MUGGE, 2012; 2016); (FERTIG, 2010).

que possível, é necessário que sejam trazidas inferências a um contexto mais amplo e analogias com outras regiões do país para que as idiossincrasias sejam destacadas; 2) a constante variação de escalas que pretende-se colocar em ação nesta pesquisa, por vezes nos remete a um contexto em que é necessário elucidar questões políticas maiores para compreendermos as ações de determinados atores sociais em particular.

Nesta perspectiva, aproxima-se da forma de análise de Charles Tilly, ao ter por objeto a formação dos Estados nacionais europeus e sua relação com as elites. Para ele, a guerra entre as diferentes formas de Estado esteve no cerne dos seus desenvolvimentos, e que levou, por fim, à formação dos Estados nacionais modernos. Entre os diversos níveis evolutivos e de organização social, os efeitos da preparação para a guerra tinham diferentes resultados dentro destes Estados (TILLY, 1996). Salvo as diferenças do caso europeu para o brasileiro – especificidades estas que não deixarão de direcionar a análise – o modelo analítico de Tilly contribui de forma importante na maneira em que se enxerga o processo de análise, pois a própria militarização faz parte da trajetória de afirmação do Estado brasileiro, no qual o recorte temporal de 1822-65 foi importante.

Em um momento em que eram comuns guerras externas e internas no contexto geopolítico latino-americano, Miguel Angel Centeno destacou que no caso da América Latina, as guerras civis foram mais importantes que os conflitos internacionais para a caracterização dos Estados nacionais. A guerra, diferenciando-se da simples violência ou banditismo, é organizada e estratégica, e pode eliminar, manter ou criar Estados, desde que a solidez da estrutura estatal seja desenvolvida a partir da guerra (CENTENO, 2002). Se por fim não houve nenhuma guerra civil que tenha surgido dentro do território catarinense dentro do período estudado, as paragens catarinenses eram um bom repositório de praças e mantimentos para as forças em quase constante luta ao sul.

Espera-se, ao fazer o uso das fontes à disposição, poder demonstrar as singularidades do caso catarinense, trazendo à tona relações raciais, sociais, de trabalho, enfim, uma gama de assuntos que devem ser tratados transversalmente ao tema da militarização no XIX. Da mesma forma, uma visão regional deve sempre ser contrastada com padrões encontrados para outros locais do Império, uma vez que em um país de dimensões continentais, apenas com comparações específicas se pode compreender o que faz parte do processo mais amplo e o que é balizado por idiossincrasias provinciais.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

- Registros da presidência da Província para júizo de paz.

Legislação

Decreto de 25 de outubro de 1832. Acesso em agosto de 2017. Disponível em:
http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37342-25-outubro-1832-563877-publicacaooriginal-87927-pl.html.

Referências bibliográficas

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1972.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*, 2 volumes. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CASTRO, Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, (Tese de Doutorado).

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CENTENO, Miguel A. *Blood and debt: war ant the Nation-State in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press University Park, 2002.

COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início dos oitocentos. In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias

(Orgs). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre Contrabandos e Ambigüidades: outros aspectos da República Juliana – Laguna/SC – 1836-1845*. Florianópolis: UFSC, 2006, (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Lidiana Justo da. *Cidadãos do Império, Alerta: A Guarda Nacional na Paraíba oitocentista 1831-1850*. João Pessoa: UFPB, 2013, (Dissertação de Mestrado).

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977, (Dissertação de Mestrado).

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma história fardada: a guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina. In: AREND, Sílvia M. F.; BRANCHER, Ana (orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

LUFT, Marcos. *“Essa guerra desgraçada”*: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Porto Alegre: UFRGS, 2013, (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Vanderlei. Quando dandies e roceiros foram à Guerra do Paraguai. *Esboços*, Revista do PPG em História/UFSC, v. 6, maio de 2000.

MUGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, (Tese de Doutorado).

- NUNES, Herlon R. S. *A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831-1840)*. São Paulo: PUC/SP, 2005.
- RIBEIRO, José Iran. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria C. B.; MOREIRA, Paulo Roberto S. (orgs.). *Uma História em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos. Unisinos, 2012.
- RIBEIRO, José Iran. “*De tão longe para sustentar a honra nacional*”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, (Tese de Doutorado).
- RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.
- RODRIGUES, Antônio E. M.; FALCON, Francisco J. C. & NEVES, Margarida de S. A *Guarda Nacional no Rio de Janeiro, (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. As trincheiras das palavras: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre o Contestado. In: VALENTINI, Delmir José; SPIG, Márcia Janete e MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-1916)*. Pelotas/RS: Ed. UFPEL, 2012.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista (1831-1850)*. Franca: UNESP, 2004, (Dissertação de Mestrado).
- SHILS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 990-1992*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.